



Regulamentação de audiência de custódia passa em Plenário

Projeto aprovado estipula prazo de até 72 horas para primeira audiência. Segundo a relatora, Simone Tebet, 40% dos presos nunca estiveram com juiz

O Senado aprovou ontem projeto que regulamenta as audiências de custódia. A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados. Pelo texto, o preso terá de ser levado à presença do juiz até 24 horas depois de sua prisão ou até 72 horas, mediante apresentação de motivos para a prorrogação do prazo. Antes disso, o de-

tento terá de ser informado dos seus direitos, como o de requerer um defensor, público ou privado, com o qual poderá se comunicar. Na audiência de custódia, o juiz deve verificar a legalidade da prisão e a integridade física do preso. Policiais não poderão acompanhar a audiência para não haver intimidação da pessoa detida. **4**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em Plenário, Simone Tebet ressaltou que o parecer foi elaborado depois de muito debate com senadores e com o Judiciário

Advogado é escolhido para direção da Anvisa **8**

Prazo para Plano de Mobilidade Urbana aumenta **6**

Comissão aprova relatório sobre MP do Ensino Médio **3**

Lei desobriga Petrobras de atuar no pré-sal **6**

Empossado diretor da Instituição Fiscal Independente **2**

Reprodução

NESTA QUINTA-FEIRA, A PARTIR DAS 11H00, É SÓ APERTAR O PLAY



Assista e comente ao vivo, aqui no Facebook, o debate sobre o PLS 280/2016, que modifica a lei sobre abuso de autoridade.

Sessão de debate poderá ser vista pelo Facebook

O Senado transmitirá pelo Facebook hoje, ao vivo, a sessão temática para debater o projeto que altera a legislação sobre abuso de autoridade. Os juízes Sérgio Moro e Silvío Luís Ferreira da Rocha e o ministro Gilmar Mendes, do STF, confirmaram presença na sessão. **5**

Pela primeira vez, uma sessão será transmitida ao vivo pela página do Senado no Facebook



Jonas Pereira/Agência Senado

Iluminado ontem com a cor verde, o Congresso homenageia as vítimas do acidente, na Colômbia, do voo da Associação Chapecoense de Futebol. A iluminação permanece hoje, conforme decisão dos presidentes do Senado e da Câmara diante do luto decretado por Temer.

Sancionada lei que torna a vaquejada patrimônio cultural

Foi sancionada e publicada a lei que considera eventos como vaquejada e rodeio patrimônios culturais imateriais do Brasil. A PEC que inclui esse status para a vaquejada na Constituição terá calendário especial de tramitação. **7**

Senadores autorizam aumento para policiais federais

Reajuste também alcança as carreiras de policial rodoviário federal, perito federal agrário e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Os aumentos têm valores distintos e serão parcelados nos próximos três anos, a partir de 2017. Texto seguiu para a sanção. **7**



Agência Brasil

No topo da carreira, policial federal pode ter vencimento de cerca de R\$ 30 mil

Fim de foro privilegiado segue agora ao Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem a PEC que acaba com o foro privilegiado em crimes comuns para as autoridades brasileiras. A proposta vai passar ainda por votação em dois turnos no Plenário. **5**

16 DIAS DE ATIVISMO
pelo fim da violência contra a mulher

Assédio moral:
Não dá pra disfarçar, tem que acabar

Confira a programação em
senado.leg.br/institucional/procuradoria

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SENADO FEDERAL

Diretor da Instituição Fiscal Independente toma posse

Felipe Salto comandará órgão criado pelo Senado para acompanhar as atividades fiscais e orçamentárias do país. Instituição atuará de forma independente e com alto grau de tecnicismo, garantiu o economista

AGENDA BRASIL

O DIRETOR-EXECUTIVO DA Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Scudeler Salto, tomou posse ontem no Salão Nobre do Senado. O economista ficará por quatro anos à frente do órgão, criado pela Casa recentemente para acompanhar as atividades fiscais e orçamentárias do país.

O nome de Salto para ocupar o cargo foi aprovado pelo Plenário na terça-feira.

Ele afirmou que a IFI atuará de forma independente e com alto grau de tecnicismo, a partir da produção de conteúdo e de análises isentas.

— Só o acesso a informações de qualidade pode evitar aventuras como a contabilidade criativa — advertiu.

Sem pressão

Ele defendeu o ajuste fiscal, a proposta de emenda à Constituição que limita os gastos públicos (PEC 55/2016) e a ideia de que é preciso mostrar à população que não se pode gastar mais do que se arrecada.

O presidente do Senado, Re-



Salto em discurso na posse: diretor-executivo defende ajuste e teto de gastos

nan Calheiros, garantiu que a IFI será uma “instituição sólida e protegida de qualquer tipo de pressão”. O senador postulou a necessidade de reequilíbrio das contas públicas e observou que defende a ajuda financeira aos estados com dificuldades econômicas, mas desde que haja contrapartidas, como o compromisso com a austeridade fiscal.

Também participaram da posse Eunício Oliveira (PMDB-CE), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), Jorge Viana (PT-AC), José Aníbal (PSDB-SP), Lúcia Vânia (PSB-GO) e Romero Jucá (PMDB-RR).

A Instituição Fiscal Independente foi criada pela Resolução 42/2016. A iniciativa integra a Agenda Brasil, conjunto de propostas apresentadas pelo Senado para ajudar o país a sair da crise econômica.

A IFI será dirigida por um conselho diretor composto de três integrantes: um diretor-executivo indicado pelo presidente do Senado e dois diretores indicados, respectivamente, pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Estudantes do Jovem Senador apresentam sugestões

Os 27 estudantes de todo o Brasil que participam do Projeto Jovem Senador elaboraram ontem três sugestões legislativas. A primeira estabelece como crime inafiançável atos de discriminação ou preconceito de procedência regional ou identidade cultural. Outra permite que pessoas físicas e jurídicas doem parcelas do Imposto de Renda a projetos esportivos de escolas públicas. A terceira determina que produtos cosméticos e alimentícios com substâncias cancerígenas tenham a informação, na embalagem, do risco da doença.

Os estudantes se dividiram em três comissões, compostas de nove jovens. Cada colegiado

tem um patrono: a escritora Cecília Meirelles, a educadora e poetisa Nísia Floresta e o jurista Sobral Pinto.

— As comissões tiveram o trabalho, juntamente com os consultores legislativos e com as comissões do Senado, de elaborar proposições com base nas sugestões que os estudantes haviam mandado antes de virem a Brasília. Eles debateram as ideias e concluíram o trabalho com três proposições — disse o consultor legislativo do Senado Edmar Queiroz.

As propostas foram compartilhadas entre as três comissões, para que os jovens senadores possam discutir a elaboração do parecer. Amanhã as proposições serão

votadas por eles no Plenário.

— Eles debatem com muita veemência, defendem seus pontos de vista. Há duas frentes: a do debate, da discussão, e a da própria redação da lei — explicou o consultor.

As proposições poderão tramitar no Senado como projetos de lei, se aprovadas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Oito consultores legislativos estão envolvidos no projeto para assessorar os estudantes na elaboração das proposições e mostrar como funciona a atividade legislativa. O grupo é coordenado por Queiroz, consultor da área de educação, e Roberta Assis, consultora da área de direito do trabalho.

Fórum pela Igualdade Racial é debatido no Senado

Lançado na terça-feira em Brasília, o Fórum Permanente pela Igualdade Racial foi tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), ontem. O objetivo do fórum é desenvolver ações de enfrentamento ao racismo e políticas para igualdade racial e de gênero, além de ser um espaço de diálogo sobre violações de direitos da população negra.

Participaram da audiência entidades como a Rede de Mulheres Afrodescendentes do Cone Sul, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), o Instituto Brasileiro da Diversidade e os senadores Paulo Paim (PT-RS), Lídice da Mata (PSB-BA) e Regina Sousa (PT-PI), autora do requerimento para a criação do fórum.

Para a coordenadora da AMNB, Valdecir Nascimento, é importante combater, além do racismo, o sucateamento das escolas públicas, por ser a única opção que a população pobre e negra tem para oferecer uma vida melhor aos filhos.

A agenda do fórum inclui o combate ao genocídio de jovens negros e à violência contra as mulheres negras.

Anteprojeto da Lei Geral do Esporte é entregue a Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o anteprojeto da Lei Geral do Esporte. A proposta foi elaborada por comissão criada pela Casa, composta de juristas especializados em direito desportivo.

O relator, Wladimir Vinycius Camargos, avaliou o resultado como muito positivo:

— Entregamos ao Senado um texto nascido de debate amplo e técnico, que pretende modernizar a legislação esportiva nacional.

O anteprojeto prevê mecanismos mais rígidos de prestação de contas de repasses orçamentários e estabelece punições, como perda do cargo e confisco de patrimônio pessoal. O texto também endurece o tratamento dado a torcedores envolvidos em brigas nos estádios.

— Não torço contra o país, não conspiro contra a socie-

dade, nem empunho bandeiras contra as instituições. Visto a camisa do Brasil, que está cansado de sabotadores seletivos que insistem em ver o país, na segunda, na terceira e, alguns até, na quarta divisão. Vamos em busca da nossa vocação de grandeza — discursou Renan.

O presidente destacou que a legislação brasileira em geral está muito defasada e, por isso, nos últimos anos, a Casa tem se empenhado em propor modificações em vários marcos legais.

— Entre as matérias que estão sendo revistas pelo Senado, estão o Código Penal, a Lei de Execução Penal, a Lei de Arbitragem, a Lei de Licitações e o Código Tributário. Esses dois últimos serão votados ainda este ano — informou o presidente.

(Com Assessoria da Presidência do Senado)

Participantes de audiência foram barrados, diz Regina

Regina Sousa (PT-PI) lamentou que representantes do Fórum Permanente pela Igualdade Racial tenham sido impedidos de entrar no Senado para participar de audiência ontem. Para ela, isso aconteceu porque eles exibiam um adesivo onde se lia “jovem, negro, vivo”.

— Eram representantes de entidades (e tinha representante de fórum internacional) que vieram para a audiência e foram praticamente barrados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Hélio José anuncia debate sobre situação fundiária do DF

Hélio José (PMDB-DF) anunciou audiência sobre a regularização fundiária no Distrito Federal. O debate da Comissão de Direitos Humanos (CDH) será em 5 de dezembro.

O senador disse que a situação envolve cerca de 2 milhões de habitantes no DF. Segundo ele, o governo local não está cumprindo a promessa de campanha de garantir a regularização fundiária.



Waldemir Barreto/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Automutilação

9h Audiência debate proibição de postagens nas redes sociais de imagens sobre automutilação de crianças e adolescentes.

CMA Babaçuais

9h30 Audiência discute o mapa da região ecológica dos babaçuais no Piauí, Tocantins, Maranhão e Pará.

CRE Embaixadores

10h Sabatina de embaixadores indicados para Vaticano, Hungria, Nicarágua e Afeganistão.

PLENÁRIO Abuso de autoridade

11h Segunda sessão de debates temáticos sobre o PLS 280/2016, que define os crimes de abuso de autoridade. Às 14h30, sessão deliberativa para analisar o PLS 559/2013, que altera normas sobre licitações e contratos.

PRESIDÊNCIA Sessão temática

11h Renan Calheiros preside sessão temática para debater projeto de lei sobre abuso de autoridade. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão deliberativa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • TV: senado.leg.br/TV

MP que modifica o ensino médio segue para a Câmara

Comissão mista aprovou o relatório de Pedro Chaves à medida provisória, que prevê ampliação da carga horária e mudança no currículo. Para parlamentares contrários, processo da reforma foi antidemocrático

A COMISSÃO MISTA destinada a examinar a MP 746/2016 aprovou ontem, por 16 votos a 5, relatório do senador Pedro Chaves (PSC-MS) à medida, que altera a estrutura do ensino médio. O texto segue para o Plenário da Câmara dos Deputados e depois para o Senado.

A MP institui o ensino médio em tempo integral: a carga horária mínima anual deverá ser gradualmente ampliada das atuais 800 horas para 1.400 horas nos próximos cinco anos.

A proposta amplia para 60% a carga horária destinada às disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O currículo será composto pela BNCC e por itinerários formativos definidos em cada sistema de ensino e com ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. O texto aprovado determina que o ensino de língua portuguesa e matemática será obrigatório nos três anos

e garante o retorno do ensino de artes e educação física.

Chaves disse que acatou sugestões na véspera da votação.

— Teve algumas mudanças não na essência, mas na forma. Por exemplo, datas, quando [a reforma] começa na verdade.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) e a deputada Maria do Rosário (PT-RS) apresentaram voto em separado, com apoio de parlamentares da oposição, em que pedem a rejeição do parecer. Elas argumentam

que profundas mudanças na educação não podem se dar de forma impositiva e que fazer uma reforma dessa envergadura por MP é antidemocrático. Parlamentares questionaram também a falta de recursos novos para implantar pontos como a jornada integral.

Já o senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu o relatório, afirmando que eventuais ajustes poderão ser feitos durante a votação nos Plenários da Câmara e do Senado.



O relator da medida, Pedro Chaves, e o presidente da comissão, deputado Izalci



Especialistas dizem que Lei Maria da Penha não é cumprida por falta de estrutura

Ministério quer ampliar serviços para mulher vítima de violência

Vigilância e atenção são as prioridades do Ministério da Saúde quando se trata de violência contra a mulher. Foi o que assegurou ontem a coordenadora-geral da Saúde das Mulheres do ministério, Esther Vilela, em audiência da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Segundo ela, a ideia do governo é ampliar a rede de serviços. Esther destacou que a vítima precisa ter confiança no Sistema Único de Saúde (SUS) e o serviço prestado tem de ser completo.

— Que tenha pessoas qualificadas para uma escuta muito atenta ao sofrimento físico e psíquico dessa mulher. Precisam ser oferecidos os exames laboratoriais e ginecológico, as profilaxias contra doenças sexualmente transmissíveis, contra HIV e contra uma gravidez decorrente de um estupro. E essa mulher precisa ser acompanhada por, no mínimo, seis meses posteriormente ao atendimento.

Os exemplos de mulheres que sofrem mutilação aumentam a cada dia. A deputada Luizianne Lins (PT-CE) lembrou o caso brutal de uma jovem de 22 anos de São Leopoldo (RS) que, em 2015, teve as mãos, o pé esquerdo e parte do direito decepados pelo companheiro.

Eduarda Miranda, conse-

lheira federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cobrou mais estrutura no atendimento às mulheres, para aplicação da Lei Maria da Penha. Ela avaliou que a lei acaba ficando só no papel por conta das dificuldades como a falta de delegacias, as deficiências do SUS para a coleta de provas e a morosidade do Judiciário, que leva à prescrição dos crimes.

Travestis e trans

A violência contra transexuais e travestis também foi debatida. A ativista Melissa Massayury diz que passou a atuar na defesa das transexuais depois de cansar de sofrer violências diárias. Ela reivindica respeito da sociedade e das instituições.

Professora de psicologia da Universidade de Brasília, Tatiana Lionço cobrou do Congresso mais responsabilidade no trato das questões dos travestis e das mulheres trans.

O retrocesso nos direitos dessas pessoas, disse, fica claro quando se trata de projetos em análise no Congresso, como o que estabelece a escola sem partido. Para a professora, o texto pretende excluir da educação básica a formação cidadã de respeito à diversidade e o reconhecimento da dignidade de travestis e transexuais.

Educação brasileira está na UTI, afirma Cristovam

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) comparou a situação atual da educação no país com a de um doente em unidade de terapia intensiva. A situação é ainda mais grave, disse, pelo alto grau de polarização que percebe tanto entre os educadores quanto na sociedade como um todo.

— Estamos numa UTI num navio avariado, com a tripulação amotinada e dividida, baseada em conceitos falsos, e no meio de um tsunami — comparou Cristovam na

audiência ontem da Comissão de Educação (CE) sobre os 20 anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O professor Ademir Almagro, que tem 25 anos de experiência na rede municipal de Belo Horizonte, criticou a maneira pela qual a MP do Ensino Médio (MP 746/2016) estabelece o ensino em tempo integral. Ele afirmou que apoia o aumento da carga horária, mas ponderou que a medida estaria sendo instaurada sem nenhum planejamento espe-

cífico ou estrutura pedagógica, funcional ou de investimentos.

O consultor Marcelo Ottoni, do Senado, concordou que pode ser “ineficaz” implantar o ensino integral num modelo educacional ruim.

Para o professor Carlos Sávio, da Universidade Federal Fluminense (UFF), o modelo de gestão educacional deve ser mudado:

— O problema sistêmico da educação brasileira se dá na incompetência, não na corrupção, embora ela exista.

Raupp pede mais recurso de loterias para áreas sociais

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu apoio para aprovar projeto que amplia os recursos para educação, saúde e esporte.

Pelo texto, 5% da arrecadação das loterias federais irão para o ensino regular e o ensino técnico. Além disso, o projeto aumenta de 3% para 5% a destinação da Timemania para o Fundo Nacional de Saúde. Também eleva de 2,7% para 5% o percentual das loterias federais que será destinado para os comitês olímpico e paralímpico.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Ataídes destaca irregularidade no uso de verba do Fies

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) destacou auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), em 2015, sobre irregularidades no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O TCU mostrou, disse, que o governo destinou ao Fies, entre 2009 e 2015, R\$ 50 bilhões, dos quais R\$ 20 bilhões “foram para o ralo”.

Faculdades conseguiram valorização de até 22.000% em ações no mercado, afirmou, com a matrícula de alunos, segundo Ataídes, sem condição de ingressar em curso superior.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Fátima critica relatório da MP do Ensino Médio

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou a base do governo por ter encerrado, de forma rápida, os trabalhos da comissão mista que analisava a medida provisória da reforma do ensino médio.

O relatório de Pedro Chaves (PSC-MS) foi aprovado ontem, seguindo para votação da Câmara. Fátima disse que o relatório não atende o ensino médio. Segundo ela, apesar de aumentar a carga horária, reduz a parte do currículo destinada ao conteúdo e à formação geral.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Amorim comemora renegociação de dívidas rurais

Eduardo Amorim (PSC-SE) comemorou decisão do Conselho Monetário Nacional de autorizar a renegociação dos contratos de custeio da safra de 2016, que terão dois anos de carência e cinco anos para quitação das dívidas.

A medida é importante especialmente devido à seca no Nordeste, disse. Ele relatou que a seca já atinge 19 municípios sergipanos. Também informou que a bancada do estado destinou R\$ 100 milhões a obras no perímetro irrigado do Baixo São Francisco, na região de Propriá.



Raquel de Sá/Agência Senado

Lira protesta contra fechamento de agências do BB

Raimundo Lira (PMDB-PB) criticou a decisão do Banco do Brasil de fechar agências. O BB anunciou plano de reestruturação que pode extinguir 781 das 5.430 agências. Além de visar ao lucro, disse o senador, a instituição tem papel social, principalmente no interior do país.

— O Banco do Brasil foi o banco de integração nacional. Ele defendeu uma forte pressão para impedir o encerramento das atividades em várias cidades e destacou lucro R\$ 14 bilhões do BB em 2015.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Senado aprova regras para audiência de custódia

Projeto estipula prazos e procedimentos para apresentação do preso a um juiz, que vai verificar a necessidade da prisão e a presença de maus-tratos. Cerca de 40% dos detentos nunca tiveram o benefício

O SENADO APROVOU ontem, em turno suplementar, o projeto que regulamenta as audiências de custódia (PLS 554/2011). A proposta agora segue para a análise da Câmara dos Deputados.

O projeto altera o Código de Processo Penal para estabelecer que o preso tem o direito de ser assistido por defensor, público ou particular, durante o interrogatório policial, podendo ser nomeado defensor dativo pela autoridade policial. O texto também diz que o preso terá direito a passar por exame de corpo de delito. A relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), ressaltou que esse exame permite conferir a integridade física do preso após a prisão em flagrante, o que pode desestimular agressões por policiais que efetuam a prisão ou que guardam o preso no curso do inquérito policial.

Emenda de Lindbergh Farias (PT-RJ) estabelece que, antes da apresentação do preso ao juiz, será assegurado seu atendimento prévio por advogado ou defensor público, em local reservado. Outra emenda de Lindbergh veda a presença, durante a audiência de custódia, dos policiais responsáveis pela prisão ou pela investigação. Segundo ele, a presença

policial intimida o preso a falar sobre as circunstâncias da prisão.

O texto também estipula prazo máximo de 24 horas para que um preso em flagrante seja levado diante de um juiz para a audiência de custódia. O magistrado decidirá sobre a manutenção da prisão, ouvida a defesa e o Ministério Público. Se a audiência de custódia não ocorrer no prazo previsto, o fato deverá ser nomeado defensor dativo pela autoridade policial. O texto também diz que o preso terá direito a passar por exame de corpo de delito. A relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), ressaltou que esse exame permite conferir a integridade física do preso após a prisão em flagrante, o que pode desestimular agressões por policiais que efetuam a prisão ou que guardam o preso no curso do inquérito policial.

Direitos

O juiz deverá verificar se os direitos fundamentais do detento estão sendo respeitados e poderá dispensar o pagamento da fiança, quando for o caso. Além disso, não poderá usar a audiência como prova contra o depoente, devendo tratar apenas da legalidade e da necessidade da prisão, da prevenção da ocorrência de tortura ou de maus-tratos



Votação do projeto em Plenário: Renan Calheiros e vários senadores elogiaram o trabalho da relatora, Simone Tebet

e do esclarecimento dos direitos assegurados ao preso.

O projeto ainda estabelece que, após o registro da prisão em flagrante e se for alegada violação a direitos, a autoridade policial deverá garantir a integridade do preso, pedir a apuração dos fatos e instaurar inquérito.

O texto prevê a realização da audiência de custódia por videoconferência em casos específicos. Para Humberto Costa (PT-PE), a audiência exige presença física do preso, que poderá fazer denúncia e ter sua condição de integridade física confirmada pelo juiz.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) reclamou da retirada de emenda de sua autoria que previa que o descumprimento do prazo para a apresentação do preso perante o juiz não implica relaxamento da

prisão. Para a relatora, a retirada dessa emenda não compromete o projeto, pois há a previsão de sanções pelo não cumprimento do prazo. Ela também defendeu a videoconferência.

Já ocorreram casos em que o deslocamento de um preso ocasionou várias dificuldades. Videoconferência foi incluída a pedido do Ministério Público e do STF — ressaltou Simone.

Debate

O presidente do Senado, Renan Calheiros, cumprimentou a relatora pelo texto final. Eduardo Braga (PMDB-AM), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), Humberto Costa e Vanessa Grazziotin (PCDoB-AM), entre outros, também elogiaram o trabalho. A relatora destacou a iniciativa do

autor, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), e as colaborações dos colegas Humberto Costa e Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

— Depois de muito debate, chegamos a um parecer de consenso. O projeto não tem a ver apenas com o direito do encarcerado, mas com a Justiça e com a sociedade — declarou a relatora.

Simone informou que o Brasil tem hoje cerca de 620 mil presos. Desses, cerca de 40% estão na cadeia sem ter ao menos uma audiência com um juiz. Ela disse que a regulamentação da audiência de custódia pode retirar das cadeias muitas pessoas que foram presas de forma injusta, separando “o joio do trigo”. Segundo a relatora, a economia para os cofres públicos pode chegar a R\$ 3 bilhões.

Fim do foro privilegiado vence primeira etapa e vai a Plenário

O fim do foro privilegiado para todas as autoridades brasileiras, inclusive presidente da República, nas infrações penais comuns foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relator da PEC 10/2013, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), estima que 22 mil autoridades possuam algum privilégio de foro. O texto segue para votação em dois turnos no Plenário.

Foi acolhida pela CCJ sugestão de Antonio Anastasia (PSDB-MG) de assegurar às autoridades processadas a centralização dos processos em um mesmo juízo — o que recebeu a primeira ação. O procedimento já é adotado na ação civil pública. Alguns senadores, como Romero Jucá (PMDB-RR) e Humberto Costa (PT-PE), defenderam a continuidade das discussões para aprimoramento do texto, agora no Plenário.

Randolfe afirma que a submissão dessas autoridades à jurisdição de primeiro grau tornará o processo de responsabilização mais célere. Na prática, de acordo com o relator, serão retirados da alçada de algumas dúzias de ministros e desembargadores processos que poderão ser julgados por mais de 16 mil juízes.

Responsabilidade

As autoridades manterão o foro por prerrogativa de função nos crimes de responsabilidade, cometidos em decorrência do exercício do cargo público, como os contra o exercício dos direitos políticos, individuais e

sociais, a segurança interna do país, a probidade na administração, a lei orçamentária, o cumprimento das leis e das decisões judiciais. A mudança não altera o artigo 53 da Constituição, segundo o qual deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por suas opiniões, palavras e votos.

Autor da proposta, Alvaro Dias (PV-PR) disse não ver justificativa para a existência de regras que estabelecem foro privilegiado no caso de crime comum cometido por autoridade. O senador diz que, de maneira diferente da edição de ato administrativo, que decorre do poder legalmente constituído, um crime comum “nada tem a ver com os poderes ou faculdades conferidos pela lei ao administrador”.

Randolfe observa que “muitas pessoas buscam o mandato eletivo justamente para fugir das instâncias ordinárias da Justiça, conduta francamente reprovável”. Segundo ele, o foro especial é visto como “verdadei-

ro privilégio odioso”, utilizado apenas para a proteção da classe política.

A proposta permite a prisão de membros do Congresso condenados em segundo grau nas infrações comuns. Hoje, eles são julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e só podem ser presos após condenação definitiva da Corte. A PEC também elimina a possibilidade de a Casa parlamentar sustar o andamento de ação penal contra os legisladores, hoje prevista pela Constituição.

A PEC mantém a exigência de autorização da Câmara, por dois terços dos membros, para julgar o presidente da República. Entretanto, permite que ele seja julgado por juiz de primeiro grau, nos crimes comuns. O julgamento por crime de responsabilidade continua a ser feito pelo Senado.

Pelo texto, juízes estaduais, promotores e procuradores de Justiça que cometerem crimes comuns serão julgados na primeira instância, e não por tribunais de Justiça estaduais.



Alvaro, autor da PEC, conversa com Randolfe, relator: 22 mil autoridades têm privilégio de foro

Fim da reeleição para cargos do Executivo avança com texto substitutivo de Valadares

O fim da reeleição para cargos do Executivo, um dos itens da reforma política (PEC 113-A/2015), começou a ser discutido ontem, mas acabou adiado para a próxima sessão por falta de quorum. Na forma de substitutivo de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a PEC estabelece que o presidente da República, governadores e

prefeitos ficarão inelegíveis para os mesmos cargos no período imediatamente seguinte, com exceção dos que já estão no cargo e não foram reeleitos. Lídice da Mata (PSB-BA), relatora substituta, esclareceu ao Plenário que a medida não alcançaria os atuais em 2014 nem os prefeitos eleitos este ano.

Proposta regula sustentação oral em juizados especiais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei que regulamenta a sustentação oral em juizados especiais e toma outras medidas para garantir a celeridade processual nessas cortes. O PLC 19/2016 segue agora para votação pelo Plenário.

O texto modifica a Lei dos Juizados Especiais para determinar

que, nas sessões de julgamento, as duas partes tenham direito a exposição oral de dez minutos cada uma. O mesmo tempo deve ser concedido a membro do Ministério Público, caso tenha havido intervenção do órgão.

O relator do projeto, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), diz achar importante a regulamentação devido à natureza dessa

instância da Justiça.

“Os juizados especiais foram instituídos para a superação, nas causas menos complexas, do formalismo exacerbado, privilegiando a oralidade”, diz no relatório.

O projeto foi votado na forma de um substitutivo do relator. Caso seja aprovado pelo Plenário, deverá retornar à Câmara.

Comissão analisará pacote anticorrupção alterado na Câmara

Os senadores rejeitaram o requerimento de urgência para votação do pacote de medidas contra a corrupção, por 44 votos a 14. O projeto — baseado na proposta “10 medidas contra a corrupção” — foi uma iniciativa do Ministério Público, com o apoio de mais de 2 milhões de assinaturas da população. Mas foi modificado pela Câmara dos Deputados, onde foi aprovado na madrugada de ontem.

Com a rejeição do pedido, o texto segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLC 80/2016) contém diversas medidas para combater crimes relacionados ao patrimônio público, como aumento de penas para crimes de corrupção, escalonamento das punições de acordo com o prejuízo para os cofres públicos e previsão do crime de caixa dois, de uso de dinheiro não declarado oficialmente nas campanhas eleitorais. No entanto, Alvaro Dias (PV-PR), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e outros senadores criticaram as mudanças feitas na Câmara, que, segundo eles, desfiguraram o projeto. Muitos consideraram que a inclusão no texto de punição a membros do Ministério Público e juízes que cometerem abuso de autoridade em investigações pode atrapalhar a Operação Lava Jato.

O requerimento de urgência foi apresentado com o apoio de líderes

de três partidos: PSD, PTC e PMDB. Sua inclusão na pauta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, gerou protestos, porque o documento não foi lido antes da ordem do dia.

Cristovam Buarque (PPS-DF) afirmou que votar o requerimento seria uma “desmoralização completa”.

Renan respondeu que o requerimento não era de sua autoria e que apenas o colocaria em votação, “para decisão soberana do Plenário”.

Momento político

Todos os senadores que se pronunciaram em Plenário, como Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Lasier Martins (PDT-RS), foram contrários à urgência. Ataídes Oliveira (PSDB-TO) disse que aprovação do projeto “no momento delicado que vive o país”, só interessa a quem está sendo investigado. Para ele, se o texto fosse

aprovado às pressas, poderia haver uma revolta na população. Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que o requerimento foi apresentado “de forma intempestiva e com o apoio de líderes que representam apenas um quarto dos senadores”.

— Não é a hora de colocar o projeto em votação, pela polêmica e em razão do momento político — disse.

Ana Amélia (PP-RS) e Reguffe (sem partido-DF) argumentaram que, se aprovado o regime de urgência, o projeto não seria devidamente discutido, pois não passaria pela análise de nenhuma comissão da Casa.

O líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), afirmou que o Senado não poderia votar contra a vontade da população e que, sem uma análise adequada, a proposta acabaria sendo vetada pelo presidente Michel Temer.

Debate com Moro e Gilmar será transmitido pelo Facebook

O Senado transmitirá ao vivo pelo Facebook hoje, a partir das 11h, a sessão temática do Plenário que vai debater o projeto que altera a lei referente a abuso de autoridade (PLS 280/2016).

Já confirmaram presença na sessão o juiz federal Sérgio Moro, que comanda as investigações da Operação Lava Jato; o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF); e o juiz federal Sílvio Luís Ferreira da Rocha.

Para acompanhar a sessão pelo Facebook, basta acessar www.facebook.com/senadofederal e apertar o botão Play.

Atualização

O PLS 280/2016, do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), define como crimes de diversas condutas que tentam impedir ou atrapalhar o exercício de direitos e garantias fundamentais. Além disso, especifica quem comete esses crimes, define regras para a ação penal no caso de abuso de autoridade e prevê

penas e sanções cíveis e administrativas. Renan argumenta que a legislação atual sobre o tema (Lei 4.898/1965) está ultrapassada. O relator da proposta é Roberto Requião (PMDB-PR). Esta será a segunda sessão temática para debater o projeto. A primeira foi na semana passada.

Esta será a segunda sessão temática para debater o projeto. A primeira foi na semana passada.

penas e sanções cíveis e administrativas. Renan argumenta que a legislação atual sobre o tema (Lei 4.898/1965) está ultrapassada. O relator da proposta é Roberto Requião (PMDB-PR).

Esta será a segunda sessão temática para debater o projeto. A primeira foi na semana passada.

Mídias sociais

O relacionamento do Senado com a população por meio das mídias sociais cresce de forma surpreendente. Na semana passada, a página no Facebook alcançou a quarta posição entre as páginas de governo no país. À frente no ranking estão somente Exército, MEC e Polícia Federal.

São mais de 2,2 milhões de seguidores. A página do Senado no Facebook também está entre as de maior repercussão no mundo na categoria governo, ao lado da Casa Branca e da Nasa. Neste ano, as publicações da página já foram compartilhadas quase 10 milhões de vezes e geraram mais de 3 milhões de comentários.

Renan vê abuso de autoridade em quebra de sigilo de jornalista

A aprovação urgente do projeto que trata do abuso de autoridade foi defendida em Plenário por Renan Calheiros (PMDB-AL), autor do PLS 280/2016.

Renan considerou exemplo de abuso a determinação de um juiz de São Paulo de quebrar o sigilo telefônico da jornalista Andreza Maitais para identificar a fonte de reportagens publicadas em 2012 pela *Folha de S. Paulo*. Disse que também com um jornalista da revista *Epoca* houve desrespeito ao sigilo da fonte por decisão da Justiça.

— Antes que o erro se converta em vício, é preciso atalhar essas impropriedades. Reitero que o projeto não é para punir a autoridade, é para punir o abuso, verdadeiramente, apenas e tão somente o abuso — afirmou.

Renan lembrou que, em sua posse como presidente do Senado, disse que a liberdade de expressão é um dos alicerces da democracia, é inviolável e, mesmo que com excessos,



Renan: liberdade de expressão é direito inviolável e sagrado

um “direito sagrado”. Fora do Plenário, Renan defendeu as mudanças no pacote anticorrupção aprovadas pela Câmara. Disse que sobre a decisão dos deputados não pode haver pressão externa e que algumas das medidas do pacote, como validação da prova ilícita, fim do habeas corpus e teste de integridade, conflitam com o “Estado democrático”.

Também afirmou que as regras do foro privilegiado precisam ser revistas e considerou muito elevado o número de pessoas que contam com essa prerrogativa, cerca de 23 mil.

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional concede mais três anos para que os municípios apresentem seus planos. Agora será votado pelo Plenário em regime de urgência

Plano de Mobilidade Urbana ganha mais prazo

FOI APROVADO ONTEM pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) projeto que estende até 2018 o prazo para que os municípios apresentem seus Planos de Mobilidade Urbana (PMU). A matéria vai ao Plenário e será votada em regime de urgência.

A Lei 12.587/2012 determinou prazo de três anos, que se encerrou em 2015, para que os municípios com mais de 20 mil habitantes apresentassem seus planos, caso contrário ficariam impedidos de receber recursos federais destinados ao setor.

Frente às dificuldades dos

municípios em cumprir com a obrigação, o deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 22/2016, ampliando o prazo por mais três anos.

Ao concordarem com a proposta, o relator na CDR, senador Gladson Cameli (PP-AC), e a relatora substituta, Simone Tebet (PMDB-MS), lembraram o contexto da crise enfrentada pelos municípios.

— Diante das dificuldades financeiras e de mudanças de gestores em 2017, não temos como não prorrogar a obrigação — argumentou Simone.

De acordo com a legislação,

os PMUs devem ser integrados ao Plano Diretor Municipal e contemplar serviços de transporte público coletivo, circulação viária, aspectos de acessibilidade, locais para estacionamentos e financiamento da infraestrutura.

A prorrogação do prazo também consta da MP 748/2016, que aguarda relatório na comissão mista (veja abaixo), antes de seguir para votação na Câmara e depois no Senado. Caso o PLC 22/2016 seja aprovado no Senado e depois sancionado, a medida provisória perderá o objeto, não sendo mais necessária.

Debatedores sugerem inclusão de emendas em MP

Aproveitar algumas das 37 emendas apresentadas à Medida Provisória 748/2016, que amplia para sete anos o prazo para que os 1,6 mil municípios com mais de 20 mil habitantes apresentem seus Planos de Mobilidade Urbana (PMU), foi sugerido pelos participantes da audiência realizada ontem pela comissão mista.

O coordenador jurídico da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Ivo Carlos Palmeira, disse que um dos principais motivos de as passagens de transporte urbano serem altas é o elevado percentual de gratuidades no sistema, como os benefícios para estudantes e idosos. Ele sugeriu a incorporação de emenda do deputado Mauro Lopes (PMDB-MG), que obriga que a concessão de novos benefícios seja custeada com recursos previstos em lei, para que essas gratuidades não sejam repassadas aos usuários pagantes do transporte público. A mesma emenda obriga União, estados, Distrito Federal e municípios a promover revisão das atuais gratuidades até o final de 2022.

Palmeira também recomendou a emenda do senador Pas-



Deputado Julio Lopes (D) ouve Ivo Carlos Palmeira durante a audiência pública

tor Valadares (PDT-RO), que acrescenta ao texto da MP uma definição clara de transporte público coletivo urbano, além de outra emenda que trata de subsídios tarifários.

Planos municipais

O superintendente da Associação Nacional de Transportes Públicos, Luiz Carlos Néspoli, explicou que o PMU serve para organizar todos os sistemas de transporte de uma cidade, para que a política de transporte seja mais eficiente e racional. Disse que até agora pouco mais de 170 municípios apresentaram seus planos de mobilidade. E informou que 32% das viagens na cidade de

São Paulo são gratuitas.

Já o deputado João Paulo Papa (PSDB-SP) pediu apoio às três emendas que apresentou à MP, propondo diretrizes para a regulação do transporte cicloviário no espaço urbano.

O deputado Julio Lopes (PP-RJ), que preside a comissão, informou que outra audiência ocorrerá na terça-feira, às 14h30. Ele leu algumas participações de internautas, feitas pelo Portal e-Cidadania, que tratavam das dificuldades de pessoas com deficiência no transporte público e da gratuidade no transporte interestadual urbano. O relator da comissão é o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

Ministro diz que 90% das obras de transposição estão prontas

O ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, informou ontem, em audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que mais de 90% das obras de transposição do Rio São Francisco estão concluídas. Segundo o ministro, o eixo leste deve começar a funcionar no início de 2017. Problemas com a construtora Mendes Júnior, que rescindiu o contrato em julho, adiaram a conclusão das obras do eixo norte para o fim de 2017.

A transposição do São Francisco é composta por dois eixos. O norte capta as águas após a barragem de Sobradinho e vai até o Ceará. O leste começa antes da barragem de Paulo Afonso e segue até a Paraíba.

O governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria, que também participou da audiência, pediu rapidez para a conclusão das obras. Ele afirmou que o estado é



Segundo Helder Barbalho, obra estará concluída no fim de 2017

o último a receber a água, e os reservatórios que ainda têm água para o abastecer estão com menos de 15% de capacidade.

José Pimentel (PT-CE) disse que falta pouco para que as águas do São Francisco se integrem aos rios e barragens da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. Mas as construtoras, explicou o senador, deliberadamente deixam trechos por fazer como uma espécie de salvaguarda.

Acaba obrigatoriedade exclusiva da Petrobras na camada pré-sal

Foi sancionada sem vetos e publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 13.365/2016, que revoga a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do petróleo da camada pré-sal.

Pela lei anterior, a Petrobras atuava como operadora única dos campos do pré-sal, com

participação de pelo menos 30%. Autor do projeto, o senador licenciado José Serra (PSDB-SP) argumenta que a Petrobras fica sem uma obrigação com a qual não pode mais arcar. Ele destacou as dificuldades da empresa, com uma dívida de R\$ 500 bilhões, e afirmou que o objetivo é fortalecer a estatal.

Comissão de Orçamento começa a receber os relatórios setoriais

Dois dos 16 relatórios setoriais ao projeto do Orçamento de 2017 foram entregues ontem à Comissão Mista de Orçamento (CMO). O primeiro é da área de integração nacional, apresentado pelo senador Waldemir Moka (PMDB-MS). O segundo abrange os orçamentos da Fazenda e do Planejamento e foi elaborado pelo senador

Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O presidente da CMO, deputado Arthur Lira (PP-AL), pediu que os relatórios sejam entregues no prazo, para serem votados na próxima semana. Isso permitirá ao relator-geral, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), apresentar seu relatório final, já em elaboração.

(Com Agência Câmara).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado aprova reajuste para policiais federais

Carreiras de policial rodoviário federal, de perito federal agrário e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes também foram beneficiadas com o texto

O SENADO APROVOU ontem reajustes salariais para cinco carreiras, entre elas as de policial federal e de policial rodoviário federal. Os reajustes são diferentes e serão parcelados nos próximos três anos, a partir de 2017. O texto (PLC 78/2016) segue para sanção.

Além dos policiais, receberão os reajustes as carreiras de perito federal agrário, de desenvolvimento de políticas sociais e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit). Para essas carreiras, o texto permite que servidores optem pela incorporação de gratificações de

desempenho aos proventos de aposentadoria ou de pensão.

Os reajustes serão pagos em três parcelas até 2019. Defensores do texto argumentam que é uma reposição, já que os policiais federais têm perdas relacionadas à inflação desde 2007. Em 2017, eles receberão cerca de 23% do aumento.

No caso de delegados e peritos da Polícia Federal, o salário no topo da carreira passará a ser de R\$ 30.936,91. Para o policial rodoviário federal, a remuneração, no final da carreira, chegará a R\$ 16.552,34 em 2019.

(Com Agência Câmara)



Reajuste dos policiais federais se deve às perdas relacionadas à inflação desde 2007. Aumento será de 23% em 2017

Lei torna vaquejada e rodeio patrimônios culturais

A vaquejada, o rodeio e atividades populares similares ganharam o status de manifestações da cultura nacional e foram elevadas à condição de patrimônio cultural imaterial do Brasil. É o que estabelece a Lei 13.364/2016, sancionada sem vetos pela Presidência da República e publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A nova lei tem origem no PLC 24/2016, do deputado Capitão Augusto (PR-SP), aprovado no Senado em 1º de novembro.

Em outubro, o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a vaquejada, argumentando que a prática é cruel e causa maus-tratos aos animais. A decisão do STF passou a servir de referência para todo o país e o tema gerou debate no Congresso.

O projeto foi relatado no Senado por Otto Alencar (PSD-BA), favorável à matéria.

A nova lei também estabelece como patrimônio: montarias, provas de laço e apatação, bulldogging, provas de rédeas, concurso de berrante, entre outras manifestações.



Com a nova lei, rodeios ganham status de manifestação da cultura nacional

PEC que assegura continuidade de prática terá tramitação especial no Plenário do Senado

Foi aprovado no Plenário ontem calendário especial de tramitação para Proposta de Emenda à Constituição 50/2016, também sobre a vaquejada. Com isso, reduz-se o prazo de análise em Plenário. Mais cedo, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) já havia aprovado a proposta de Otto Alencar.

A PEC assegura a continuidade da vaquejada, desde que regulamentada por lei

que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. Emenda do relator, José Maranhão (PMDB-PB), determina que não podem ser consideradas cruéis as práticas esportivas envolvendo animais classificadas como integrantes do patrimônio cultural brasileiro e regulamentadas.

Dois outros projetos no Senado (PLS 377/2016 e PLS 378/2016) também tratam da vaquejada.

Texto que regulamenta a gorjeta avança em comissão

O projeto que regulamenta a gorjeta em bares, restaurantes, hotéis e estabelecimentos similares foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto sobre o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas deve ser submetido a votação em turno suplementar.

Pelo PLC 57/2010, considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente, como também o valor cobrado pela empresa, como serviço, a qualquer título, e destinado à distribuição entre os empregados. O texto estabelece que a gorjeta não é receita própria dos empregadores, destina-se aos trabalhadores e será distribuída integralmente a eles, segundo critérios de custeio e rateio, definidos em acordo coletivo de trabalho.

O substitutivo apresentado por Paulo Paim (PT-RS) determina que as empresas inscritas em regime de tributação diferenciado deverão lançar

as gorjetas na respectiva nota de consumo, facultada a retenção de até 20% da arrecadação para custear encargos sociais, devendo o valor remanescente ser vertido integralmente a favor do trabalhador. Já as empresas não inscritas em regimes de tributação diferenciado poderão reter até 33% da arrecadação correspondente.

As empresas deverão anotar na carteira de trabalho e no contracheque o salário fixo e o percentual percebido a título de gorjetas.

Quando a gorjeta for entregue diretamente ao empregado, também terá seus critérios definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sendo facultada a retenção.

Sabatina

Foi marcada para 7 de dezembro a sabatina de Leandro Fonseca para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Ele deve ocupar vaga aberta com a renúncia de Leandro Reis.

Jornada flexível de trabalho gera polêmica em audiência pública

Marcantes divergências sugeriram ontem em debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre projeto que cria contratos de emprego por hora trabalhada, em escala móvel. Para os defensores da jornada flexível, a proposta atende a quem quer trabalhar só em alguns dias da semana ou em parte do dia e, do outro lado, empresas que não precisam manter empregados permanentes por 44 horas semanais.

Os críticos apontam a proposta (PLS 218/2016) como uma brecha para favorecer a precarização do emprego, por meio de contratos sem garantia de salário fixo e pagamento proporcional de direitos como o 13º salário e férias.

O projeto é de autoria de Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Ele foi um dos propositores da audiência pública,

que teve um segundo requerimento assinado por Paulo Paim (PT-RS).

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Filho, salientou que o projeto busca dar “roupagem jurídica” para atividades que atualmente o Judiciário não tem como resolver de modo seguro os casos que chegam — não sabe se deve enquadrar aquele trabalhador como empregado ou autônomo.

Outro lado

O vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Guilherme Guimarães Feliciano, afirmou que a figura do intermitente, se legalizada, deve aumentar os conflitos e abarrotar ainda mais as varas de Justiça com demandas

trabalhistas. Procurador do Ministério do Trabalho, Raymundo Lima Ribeiro Júnior contestou a ideia de que jornada flexível estimulará empregos. Segundo ele, o emprego cresce em resposta ao nível de consumo e investimentos produtivos, o que estaria acontecendo na Europa após a crise.

Vida real

Ferraço afirmou disse que buscou “interpretar a vida real” e criar um marco legal em favor de brasileiros que necessitam de trabalho e precisam ter seus direitos protegidos.

Para Paim, o emprego intermitente pode transformar todo trabalhador em free-lancer. Ele criticou outros projetos que, a seu ver, fragilizam a CLT, como a que amplia o sistema de terceirização.

Aprovada emenda que respalda atos da instalação do Tocantins

Emenda de Plenário à PEC 48/2015, que reconhece a validade de atos administrativos com vício jurídico, mas com efeitos positivos gerados, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A mudança recebeu parecer favorável do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), na forma de subemenda substitutiva à PEC, que será submetida, no Plenário, ao segundo turno de discussão e votação.

Apresentada por Vicentinho Alves (PR-TO), a PEC dá respaldo legal a atos administrativos praticados no Tocantins, entre 1989 e 1994, para viabilizar a instalação do estado.

Renato Porto é aprovado para diretoria da Anvisa

Durante sabatina na Comissão de Assuntos Sociais, ele falou sobre os avanços obtidos nos últimos anos na agência. William Dib também foi sabatinado no colegiado, e a indicação seguiu para Plenário

O SENADO APROVOU, por 46 votos a 4, a indicação do advogado Renato Porto para fazer parte da diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O mandato é de dois anos.

Formado em direito e com especialização em vigilância sanitária e direito processual civil, Renato Porto trabalha na Anvisa desde 2005 e é coordenador da Comissão de Instrução e Análise de Recursos da Gerência-Geral de Medicamentos desde 2009.

Na sabatina feita pela manhã na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ele falou sobre os avanços alcançados pela Anvisa recentemente, como a resolução que obrigou a indústria alimentícia a destacar nas embalagens a existência de proteínas alergênicas em produtos.

— Mostra a capacidade da agência de receber demandas da sociedade — disse.

Também destacou a aprova-



Renato Porto, senador Edison Lobão e William Dib na Comissão de Assuntos Sociais

ção do Brasil para fazer parte da Conferência Internacional em Harmonização (ICH).

— Integrá-la coloca o país em contato com as técnicas e normas mais avançadas do mundo, facilitando procedimentos para a aprovação do uso de fármacos pelo Brasil. É a grande chancela da qualidade da regulação brasileira.

Como meta para a nova gestão, Porto se comprometeu a homogeneizar as metodologias de trabalho e formas de gestão

dos vários tipos de serviço prestados pela agência.

A CAS também sabatinou e aprovou por unanimidade ontem William Dib para a diretoria da Anvisa. A mensagem de indicação ainda aguarda análise do Plenário.

Dib é médico cardiologista e professor, especializado em saúde pública e administração hospitalar. Já foi prefeito de São Bernardo do Campo (SP), vice-prefeito, secretário de Saúde e deputado federal.

Avança regulamentação de pesquisas clínicas em humanos

O projeto que acelera a liberação de pesquisas clínicas no Brasil foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Como o texto acatado é o substitutivo do relator, Otto Alencar (PSD-BA), deverá ser votado em turno suplementar.

A proposta (PLS 200/2015), de Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS) e do senador licenciado Walter Pinheiro, cria um marco regulatório para análise e registro de novos medicamentos no tratamento de câncer, diabetes e outras doenças, e fixa regras a serem cumpridas nos estudos em seres humanos.

— É a partir da pesquisa clínica que são produzidos conhecimentos essenciais para a compreensão das doenças e de seus mecanismos, das formas de prevenção e tratamento e das medidas para a promoção da saúde. Portanto, é indispensável para que as práticas dos serviços e dos profissionais de saúde sejam baseadas em evidências científicas que garantam a sua efetividade e segurança, além de permitir o seu constante aprimoramento — disse Otto.

Segundo os autores, o projeto pretende, sobretudo, desburocratizar o sistema e agilizar a liberação de novos testes. Enquanto no restante do mundo os processos de autorização e condução dos protocolos de pesquisas levam de 3 a 6 meses, no Brasil eles demoram de 10 a 15 meses.

Proteção

O projeto contém dispositivos que visam proteger a saúde do voluntário de pesquisa, mediante a garantia de assistência médica com pessoal qualificado durante toda a execução do estudo.

Também estabelece condições para a participação de criança, adolescente, grávida ou adulto incapaz. O texto detalha as condições que devem reger o termo de consentimento e as informações a serem fornecidas ao sujeito da pesquisa clínica.

Entre outros pontos, o PLS 200/2015 cria o Sistema Nacional de Revisão Ética das Pesquisas Clínicas, instância nacional harmonizadora da ação dos diversos comitês de ética em pesquisa existentes.

Criação de centros de combate ao diabetes recebe apoio de senadores

A criação de centros de referência para prevenção e combate ao diabetes recebeu ontem o apoio dos senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Eles encamparam a proposta apresentada ontem, em audiência, por especialistas, de garantir mais recursos para a capacitação de profissionais e

ações de prevenção contra a doença, que aumenta a glicose no sangue.

— Vamos transformar a criação de centros de referência em projeto da CAS com rito de urgência e negociar com o presidente Temer uma sanção rápida — disse Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Segundo a Organização Mundial da

Saúde (OMS), no Brasil há 14 milhões de pessoas com diabetes, mas quase 6 milhões desconhecem a doença. Na audiência, médicos afirmaram que o diabetes não tratado pode causar insuficiência renal, amputação de membros, cegueira e doenças cardiovasculares.

— O Brasil ocupa o quinto lugar no

ranking mundial de despesa com diabetes, gasta US\$ 22 bilhões por ano. Em 2040, vamos passar para o terceiro lugar, com gasto provável de US\$ 36 bilhões. Esse dinheiro deve ser revertido para a prevenção — defendeu a endocrinologista Hermelinda Pedrosa, da Sociedade Brasileira de Diabetes.

Comissão aprova projeto que fortalece criação de cavalos

Projeto que incentiva o desenvolvimento da criação de cavalos e outros animais como mulas, burros e jumentos foi aprovado ontem na Comissão de Agricultura (CRA). O texto segue agora para votação em Plenário.

Segundo o relator da proposta (PLS 254/2014), senador licenciado Acir Gurgacz (PDT-RO), a cultura de equinos movimentava cerca de R\$ 13 bilhões por ano e gera 800 mil empregos diretos e 3,5 milhões indiretos. Para ele, além de estabelecer políticas para a atividade, que inclui o controle de doenças, a proposta vai gerar empregos.

O projeto foi apresentado em 2014 pelo então senador Antonio Aureliano. O texto fixa diretrizes para a elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da criação de equinos. O governo deverá manter grupo de estudo setorial permanente sobre a equideocultura.

O texto exige que o Plano Agrícola e Pecuário anual inclua o fortalecimento da atividade.

Por emenda, o relator sugeriu que órgãos do governo federal responsáveis pela fiscalização da exploração de jogos e loterias assumam a atribuição de receber as contribuições mensais pagas pelas entidades que promovem corridas de cavalos. Hoje, a responsabilidade é do Ministério da Agricultura.

Outros projetos

A CRA também votou outros 20 itens. Entre os projetos aprovados, estão o que promove o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura (PLS 268/2014), o que proíbe a soltura no ambiente natural de organismos aquáticos geneticamente modificados (PLC 9/2015) e o que disciplina o armazenamento de frutas in natura (PLC 213/2015).

Estado precisa estar nas fronteiras, aponta debate

A ampliação da presença do Estado nas fronteiras brasileiras deve ser uma prioridade do poder público, disseram ontem os participantes de audiência sobre o tema na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A diversidade de situações na fronteira foi ressaltada por Bolívar Pêgo Filho, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No entanto, ele mostrou que há aspectos predominantes, como a baixa densidade demográfica e alta concentração de pobreza.

— Não há recursos financeiros, humanos e tecnológicos para abarcar tudo de forma

simultânea. É preciso estabelecer prioridades — resumiu.

Dados apresentados pelo representante do Ministério da Justiça, Edivaldo Pereira Fortunato, revelam o tamanho do desafio: o Brasil faz fronteira com dez países, ao longo de uma faixa de quase 17 mil quilômetros de extensão, 11 estados e 588 municípios.

Controle aéreo

Ao analisar a situação de Mato Grosso, o representante do Grupo Especial de Fronteiras no estado, major Fábio Ricas Araújo, relatou que o transporte de pasta base de cocaína a partir da Bolívia

é feito por aeronaves com capacidade de até 400 quilos.

— O percurso, que inclui a decolagem da Bolívia, a entrada no território nacional e o lançamento da carga em propriedades pré-estabelecidas não dura mais do que 40 minutos — contou.

Combate ao tráfico

Segundo Simone Tebete (PMDB-MS), o objetivo da audiência foi sugerir medidas para fortalecer o combate ao tráfico de drogas e armas, que alimenta o crime organizado.

Wellington Fagundes (PR-MT) lembrou que as ações de proteção às fronteiras devem estar associadas a medidas para assistência às populações das regiões de fronteira.

As informações, disse a senadora, vão orientar a comissão e a Frente Parlamentar Mista de Fronteira, lançada terça na Câmara, para tornar eficientes os investimentos nas áreas de fronteira, previstos no Plano Nacional de Fronteiras.



Simone Tebete preside debate com Fábio Ricas, Edivaldo Pereira e Bolívar Pêgo Filho